

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 24

Data: 30/01/77

Pg.: _____

Índios felizes, apenas um caso isolado por enquanto

Mais de 20 anos depois de ter-se adiantado a seus assustados companheiros para atender ao aceno amistoso dos homens brancos que pela primeira vez pisavam suas terras, o índio Krokrenum, da tribo dos Gaviões, negou-se a repetir o gesto na semana passada, ainda que desta vez o convite, bem mais solene, partisse de um ministro de Estado, e ele soubesse o que isto representava. Na verdade, tudo indica que a recusa do altivo chefe se tenha ligado exatamente a sua compreensão de significados menos aparentes da cerimônia que o Ministério do Interior pretendeu realizar quinta-feira, em Brasília. E pode ter simbolizado uma involuntária e esclarecedora ressalva — a de que a situação especial dos Gaviões não deve ser classificada apressadamente como o resultado de uma bem determinada política oficial, e menos ainda como a amostra de uma felicidade que em breve irá bafejar todas as aldeias do país.

Se os 112 habitantes da área do posto Mãe Maria, no município paraense de Marabá, constituem a primeira comunidade indígena nacional com o status de utilizar o sistema financeiro, tendo obtido um empréstimo de 208 mil cruzeiros do Banco do Brasil, isso resulta de uma quase ocasional conjugação de fatores, em que o órgão executor da política indigenista aparece às vezes como um ligeiro patrocinador de apoio e, outras, como um surdo criador de obstáculos.

Não devia causar surpresas, portanto, a indisposição de Krokrenum para deixar suas terras, na plenitude de mais uma safra da castanha, para ir contracenar, em Brasília, com autoridades interessadas em revestir de solemnidade um ato — a assinatura do contrato de financiamento — que, ao que se informam, poderia ocorrer no anonimato da agência do Banco do Brasil em Marabá, onde, de resto, uma conta havia sido aberta pela comunidade, com este fim. Para se tornarem clientes do banco, os Gaviões dependeram sobretudo de suas próprias garantias, representadas pela estimativa de uma produção de 3 mil hectolitros de castanha este ano — o equivalente a uma receita bruta de 348 mil cruzeiros, na hipótese de comercialização ao preço mínimo oficial. A Fundação Nacional do Índio (Funai), como tutora, coube apenas baixar uma portaria autorizando o chefe do posto indígena, seu funcionário, a

emitir o visto necessário à movimentação da conta pelos índios.

Mas a cerimônia esvaziada pela ausência de Krokrenum oferece mais forte estímulo à reflexão quando contraposta a registros recentes da efeméride emancipacionista de Mãe Maria. Iara Ferraz, coordenadora do "Projeto Castanha" entre os gaviões até dois meses atrás, lembra o que ocorreu em 1976, quando a delegacia regional da Funai em Belém, por "discordar" de uma missão atribuída à antropóloga pela presidência do órgão, retardou, segundo ela intencionalmente, a liberação de uma verba de 33 mil cruzeiros. A antropóloga paulista também manifesta sua impaciência ante a intenção de se alardear o contrato dos gaviões, "enquanto outros 2 mil índios, no Médio Xingu e Médio Tocantins, continuam a viver sob um regime semi-servil", reduzidos à condição de "simples mão-de-obra coletora", cabendo à delegacia de Belém o papel de "donos dos castanhais" e "verdadeiro patrão".

Curiosamente, o que precipitou o rompimento dessa cadeia pelos gaviões não foi uma rebelião do grupo contra a natureza do sistema, e sim a indignação de alguns de seus líderes que se sentiram lesados nas nebulosas negociações particulares que, segundo a antropóloga, mantinham com funcionários da Funai, recebendo "comissões" para garantir uma pacífica exploração da mão-de-obra dos outros índios.

Nessa época, a parte possíveis atos de corrupção, a sistemática de aproveitamento da renda indígena previa que apenas 45 por cento do resultado econômico do trabalho das tribos reverteriam à própria comunidade geradora da receita — outros 45 por cento ficavam para reinvestimento nos projetos econômicos pela Funai e 10 por cento constituam o "dízimo" do órgão de proteção aos índios. Até que recebessem o pagamento pelo trabalho nos castanhais — se é que as manobras à base de comissões o permitissem —, os gaviões eram mantidos pelo "barracão", um depósito de mantimentos da Funai. E, quase sempre, no final da safra, seu débito era maior que a remuneração a quem tinham direito.

O sistema ainda prevalece em todas as outras tribos, enquanto Krokrenum, privilegiado, dasabafa: "Quanto a gente não poderia ser mais ricos se, durante todo esse tempo, não tivessem escon-

dido as coisas de nós". Ele aponta os livros de contabilidade, agora escriturados pelos próprios índios. Esses registros revelam que a safra de 1976 deu à comunidade uma renda líquida de 359 mil cruzeiros, enquanto na anterior o resultado que deveria ser transferido aos gaviões — e que, além de tudo, acabou retido pela malha burocrática da Funai — era de 9 mil cruzeiros.

Ao mesmo tempo que assumia novas responsabilidades — pois Iara procurava "deslocar as decisões da sede do posto para o conselho tribal" — o grupo foi também assimilando os mecanismos dos negócios. Hoje, a comercialização nunca se processa sem uma prévia pesquisa, em Belém, para descobrir os compradores que oferecem preço melhor.

Nada disso, no entanto, seria possível, se os habitantes de Mãe Maria não tivessem a seu favor uma série de circunstâncias, entre as quais a propriedade, livre de qualquer contestação, garantida em cartório, dos 49 mil hectares de terras que ocupam. A própria personalidade de Krokrenum também é apontada como um dos fatores da boa situação desfrutada hoje pelos gaviões. O chefe da tribo, que ocupa essa posição há 15 anos, assistiu, em outros tempos, ao quase extermínio do grupo, que chegou a ter apenas 15 indivíduos, e viu-o reerguer-se. Por isso, tem uma "percepção histórica" e uma lucidez em boa parte responsáveis pela coesão da comunidade em torno da luta pela eliminação da dependência. Outra condição considerada essencial para o êxito do projeto de Mãe Maria foi a existência, na área, de um produto altamente comercializável, como a castanha.

Esse quadro lança dúvidas sobre a possibilidade de semelhante processo de afirmação atingir outros grupos indígenas brasileiros a curto prazo. Uma análise superficial poderia indicar essa probabilidade, supostamente sustentada por repetidas declarações oficiais a favor da retirada da tutela sobre os índios, ou sua "integração" à sociedade. No entanto, a experiência de Mãe Maria não tem muito a ver com a recente ênfase dos projetos sócio-econômicos defendidos em Brasília.

"Quem sai hoje para um levantamento em área indígena", diz Iara Ferraz, "já vai com um modelinho pronto".

Essa predisposição para impor soluções que não levam em conta as peculiaridades de cada grupo é a diferença básica entre tais projetos e o trabalho realizado entre os gaviões.

Elaborados a distância, certos programas podem levar ao que aconteceu no caso dos parakanãs, também do Pará, que, apesar de constatados recentemente — cerca de cinco anos — foram praticamente obrigados a trabalhar com a castanha. "Quem disse que eles queriam isso?", pergunta Iara. De fato, na safra do ano passado, eles se recusaram a continuar.

Insensíveis a problemas como a "especificidade cultural" dos grupos, os chefes de postos da Funai, na maioria dos casos, estão condicionados, segundo Iara, a "agir como capatazes", tendo como única preocupação "fazer o índio trabalhar". Por isso — e por uma tendência a "não gostar de antropólogos", vigente durante a gestão de cinco meses, recentemente encerrada, do economista Francêlso van der Broecke como diretor do Departamento Geral de Operações da Funai — quase todos os projetos comunitários iniciados em cinco ou seis aldeias, a partir de 1974, foram passando das mãos desses especialistas para os chefes de postos, acabando por se esvaziarem.

Segundo Iara, no caso de Mãe Maria, a resistência a seu trabalho assumiu também o caráter de um conflito de autoridade. Com um descabido questionamento — "O que uma mulher vai fazer numa aldeia, à noite?" —, a delegacia da Funai em Belém tentou estipular um horário para que ela se recolhesse à sede do posto. Depois designou para a chefia do posto Sororó, a poucos quilômetros — e onde ela a princípio também pretendia desenvolver um projeto — um atendente de enfermagem notoriamente despreparado, e que chegava a afirmar: "Meu filho morreu aqui. Por que é que filho de índio não pode morrer?".

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S Paulo

Class.: 24

Data: 30/01/77

Pg.: (cont)

Ligada à Funai apenas como prestadora de serviço, a antropóloga acabou sendo afastada em novembro do ano passado — antes do término do contrato — sob a alegação de que o órgão decidira só confiar a coordenação de projetos comunitários, a partir dali, a funcionários de seu quadro de efetivos. Em nenhum momento, porém, seu trabalho deixou de ser elogiado pelo presidente da Funai, que chegou a considerá-lo “piloto”.

De qualquer modo, ela teme que tal referência se enderece exclusivamente ao aspecto “econômico” da situação dos gaviões. Na verdade, a melhoria do ciclo de produção criou mais tempo para o cerimonial da tribo. Os índios hoje utilizam uma calculadora para fazer as contas da castanha, mas o uso desse equipamento — assim como de gravadores, óculos escuros e canetas — não é considerada uma agressão a seus valores culturais. Eles continuam gostando muito de caçar e de praticar suas danças.

Mais importante, porém, é que o respeito conquistado na região, como produtores de castanha, os fez recuperar “muito da consciência e da dignidade”, pois, como lembra a antropóloga Lux Vidal, orientadora de Iara, “ninguém se autovaloriza na miséria”. Um índio solteiro de Mãe Maria é hoje um “bom partido” para as moças de Marabá. E Iara, ao opinar sobre o tempo necessário para a completa emancipação da tribo — “duas ou três safras”, ela diz, em vez de “dois ou três anos” —, demonstra, num cacoete, a importância do trabalho com a castanha nesse processo.